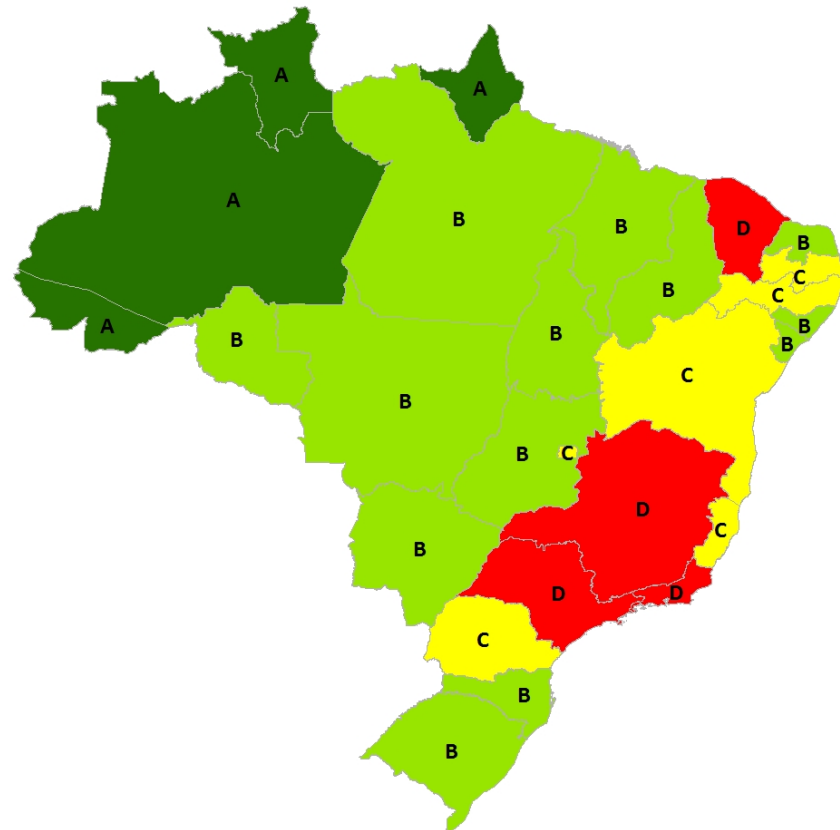


PROGESTÃO

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

Construído o primeiro ciclo

- A implementação do Progestão no período 2013 - 2016
- Propostas para os novos contratos



A implementação do Programa no período 2013 - 2016

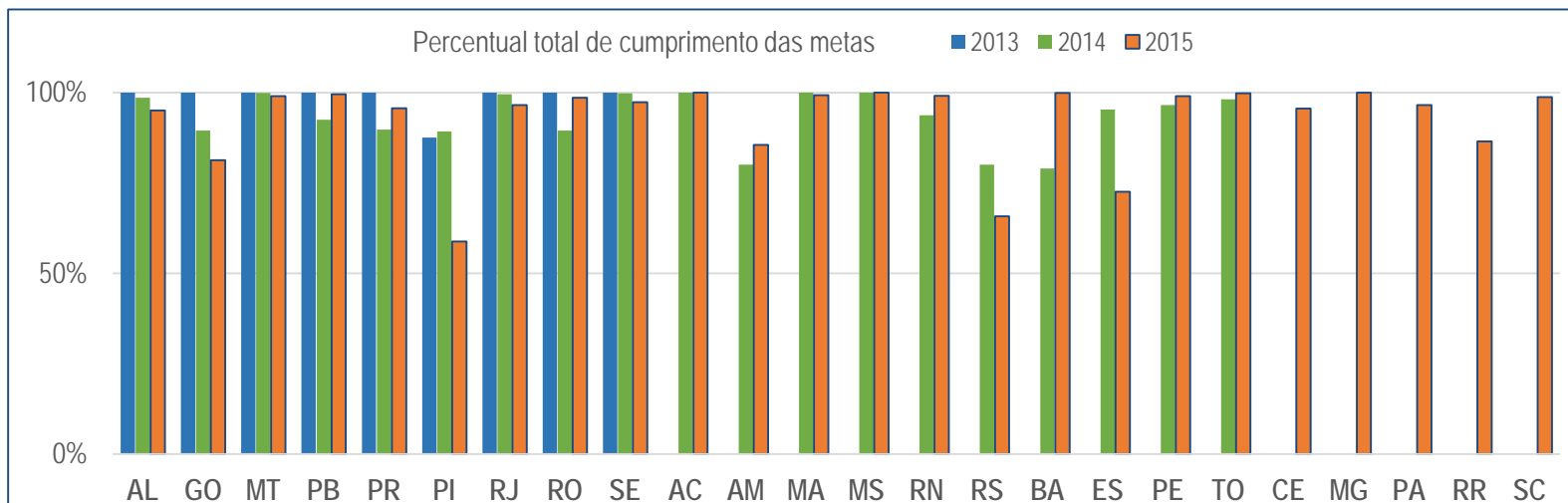
O Progestão promoveu melhorias na gestão estadual de recursos hídricos, bem como propiciou a otimização da atuação e articulação da ANA junto aos estados.

Melhorias na gestão estadual dos recursos hídricos

- 1) Houve melhor planejamento e organização das ações dos estados em função da agenda do cumprimento de metas do Progestão.
- 2) Contribuiu com avanços na implementação da política estadual de recursos hídricos mesmo com discontinuidades administrativas.
- 3) Promoveu o fortalecimento do papel do CERH na gestão estadual.

1) Melhor planejamento e organização das ações dos estados em função da agenda do cumprimento de metas do Progestão

- Calendário Progestão enviado em janeiro aos estados.
- Ponto focal em todos os estados com realização de 2 eventos anuais de acompanhamento do programa.
- Resultados da certificação dos estados nos anos de 2013 a 2015.



O estado apresentou capacidade de gestão: **média de certificação de 92% em 2015**

2) Contribuiu com avanços na implementação da política estadual de recursos hídricos

Cadastro e outorga:

2013	2016	2017
Havia o CNARH 1.0 (auto declaratório em 11 estados / RJ adotava integralmente)	Com exceção do AP e RS, os estados compartilham os dados dos usuários regularizados no CNARH 40	Todos os estados compartilham os dados dos usuários regularizados no CNARH
Não existiam informações específicas sobre água subterrânea no CNARH 1.0	Com exceção do AP e RS, os estados também já compartilham os campos complementares de poços	Trabalhar consistência do banco de dados do CNARH
	A ANA migrou para o CNARH 40 os dados do CNARH 1.0 validados pelos estados	A ANA migrará os dados de domínio federal para o CNARH
23 estados concediam outorga	AC, AM e MS implementam a outorga	Prevista a regulamentação da outorga no AP



O estado terá uma base sólida de dados de usuários regularizados no seu território

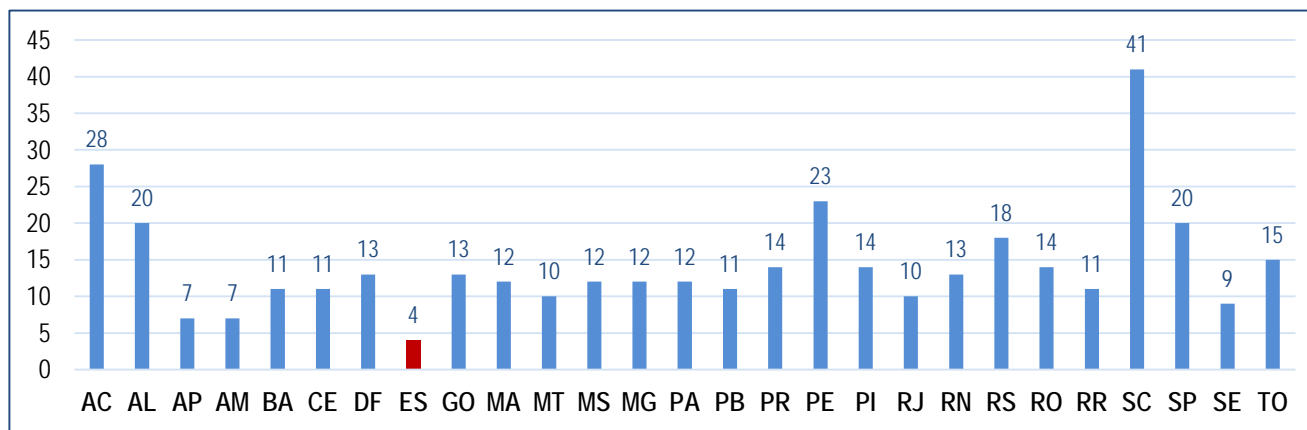
Conjuntura:

Até 2013	2013 a 2016
<p>Solicitado o envio de dados para o Relatório do Conjuntura (outorga, qualidade da água e planos de bacia)</p>	<p>Otimização dos dados enviados pelos estados no prazo e formato solicitados</p>
	<p>O cumprimento desta meta exige um esforço de articulação interna nos estados para a coleta de todas as informações necessárias ao Conjuntura, além do trabalho de compatibilizar os dados de outorga e qualidade com os formatos das planilhas solicitados pela ANA/SPR</p>
	<p>Desafios para 2017: Repasse dos dados de outorga pela SFI / Repasse paulatino dos dados de qualidade da água pela SGH - Qualiáguas / Inclusão de solicitação de dados de cobrança quando couber (com avaliação pela CSCOB) / Discussão da data de envio dos dados (atualmente outubro de cada ano)</p>
	<p>Tem estimulado os estados a elaborarem seus próprios Relatórios de Conjuntura</p>



Prevenção de eventos críticos:

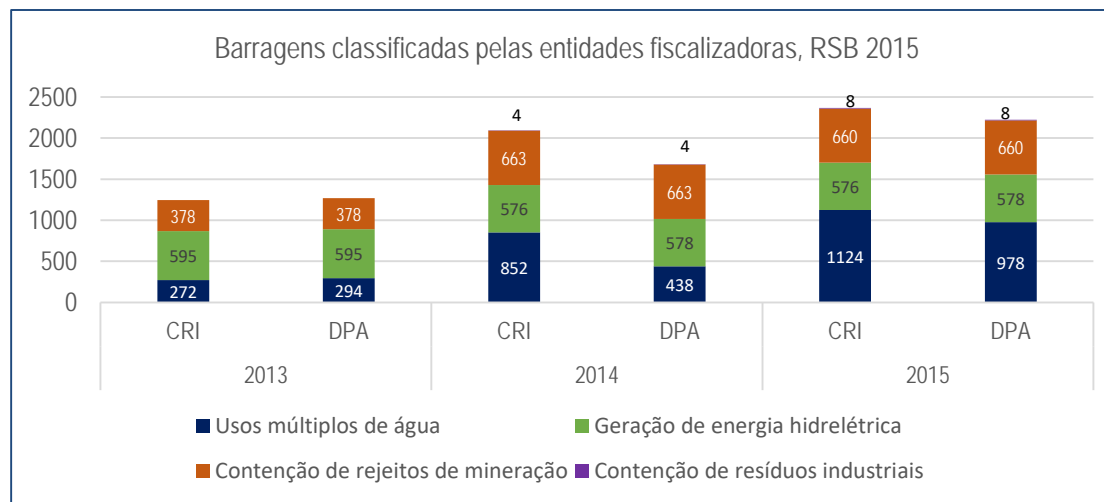
2013	2016	2017
ACTs com a SGH/SOE	ACTs renovados ou em renovação	Todos os ACTs renovados
	385 PCDs da Rede de Alerta Nacional com meta de transmissão média de dados anual de 80%	Implantação de 7 PCDs no ES
	Elaborados os Manuais de Operação da Sala de Situação de 24 estados	Todos os Manuais elaborados
	Boletins produzidos em todos os estados, com necessidade de ajustes	Boletins produzidos com conteúdo e enviado a diversas instituições



Enviados 2 equipamentos de videoconferência a cada estado

Segurança de barragens:

Até 2013	2013 a 2016	2017
Cadastro das barragens pelos estados no RSB	Otimização dos dados do cadastro no RSB com envio de planilha Excel com campos mínimos a serem preenchidos (volume, altura, nome do empreendedor, coordenadas, etc.)	Solicitada a regularização do barramento pelo estado (licença ou outorga)
	Otimização da classificação das barragens por Categoria de Risco (CRI) e por Dano Potencial Associado (DPA) / Aos 9 estados foi solicitado comunicar essas classificações aos empreendedores e informar as consequências regulatórias (frequências de inspeções regulares, necessidade de PAE, prazo para elaboração do PSB)	Solicitada a definição dos procedimentos para a fiscalização de segurança de barragens bem como a apresentação dos critérios para priorizar as ações de fiscalização
	Solicitada a regulamentação da PNSB (art. 8º, 9º e 10º) no âmbito estadual	



Falta classificação das barragens de uso múltiplo de SP e RS / AP ainda não identificou barragens / Protagonismo da BA

Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH):

Até 2013	2016
4 estados não tem Plano (AP, AM, PA e SC)	2 estados não têm Plano (AP e PA)
4 estados em processo de contratação do Plano (ES, GO, MA e RO)	8 estados em processo de contratação do Plano (AM, ES, PB, MA, RN, RO e SC)
7 estados têm um Plano que precisa ser atualizado (BA, PB, PE, RJ, RN, RR e RS)	5 estados têm um Plano que precisa ser atualizado (BA, PE, RJ, RR e RS)
12 estados têm Plano atualizado e válido	13 estados têm Plano atualizado e válido

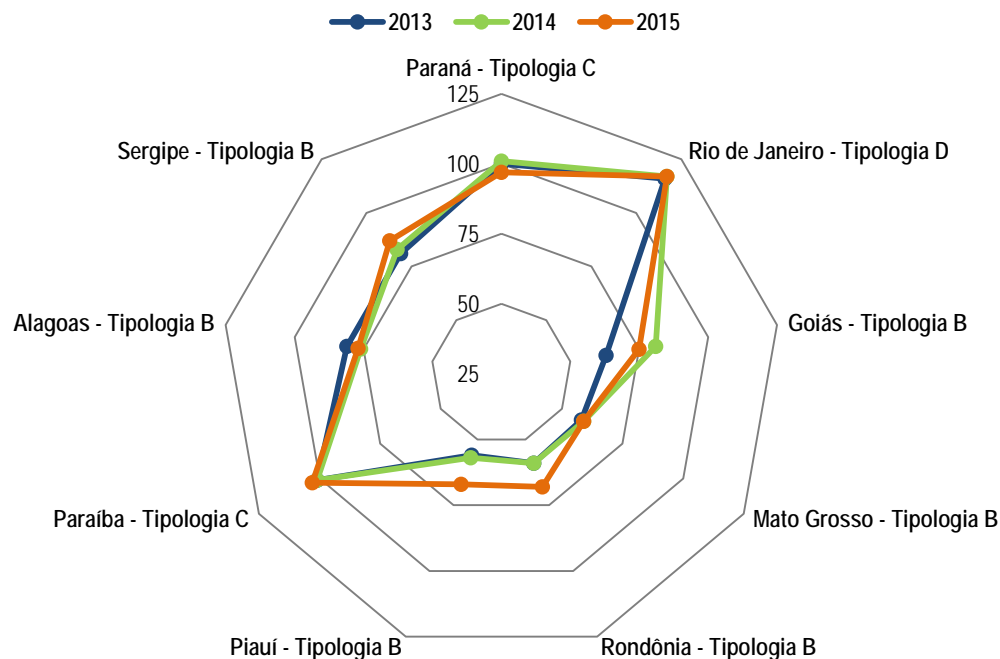
- No ES o Plano está sendo elaborado com recursos do Banco Mundial.
- SC utiliza recursos próprios para a contratação do Plano.
- Goiás concluiu a elaboração do Plano.
- Os estados do AM, PB, MA, RN e RO contratam seus Planos com apoio da SRHU.
- O Pará aguarda retorno da ANA quanto ao apoio para elaboração do Plano.



O grande desafio é a implementação do PERH

Evolução das metas estaduais nos 9 estados que renovam contratos em 2017:

Evolução na gestão estadual segundo a autoavaliação aprovada pelo CERH



- Muitos estados já cumpriram as variáveis pactuados no Quadro de Metas.
- Há alterações no cumprimento de metas de algumas variáveis estaduais ao longo do período.
- Necessidade de aprimorar os níveis de exigência das metas estaduais.

3) Promoveu o fortalecimento do papel do CERH na gestão estadual

- ✓ O Conselho é responsável pela aprovação das metas estaduais e, pelo menos uma vez por ano, a pauta das reuniões inclui apreciação do Progestão.
- ✓ Em alguns estados o Conselho não estava se reunindo ou as pautas eram muito esvaziadas.
- ✓ Nas entrevistas feitas pelo IPEA nos 9 estados que renovam os contratos este ano, os conselheiros valorizam o programa mas se queixam de capacitação para melhor acompanhamento do cumprimento das metas e mencionam que poderia ser criada uma instância específica para tal.
- ✓ Na pesquisa Delphi, 69% dos participantes consideram uma boa opção o CERH apreciar as prioridades de aplicação dos recursos do Progestão no estado.



Desde 2016 vêm sendo realizadas oficinas nos estados com a presença de conselheiros

Otimização da atuação e articulação da ANA junto aos estados

- ❖ Estreitamento do contato dos gestores com os dirigentes e servidores dos órgãos estaduais (realização de 2 eventos anuais em cada estado para acompanhamento do programa).
- ❖ Relação de parceria, respeito, confiança e credibilidade.
- ❖ Melhor conhecimento da realidade dos estados.
- ❖ Forte interação entre as UORGs da ANA responsáveis pela coordenação e certificação do programa (participação conjunta em reuniões, visitas, videoconferências, discussão das metas).
- ❖ Efetivo compartilhamento dos dados estaduais reconhecidamente consolidados a partir das metas de cooperação federativa (CNARH, Conjuntura, Sala de Situação, RSB).
- ❖ Transparência na implementação do programa de maneira geral por meio da disponibilização de informações na página do Progestão <http://progestao.ana.gov.br/> e da publicação de boletins trimestrais.



Otimizadas oportunidades de intercâmbio entre os estados na troca de experiências para o cumprimento de metas

Desafios revelados na gestão estadual de recursos hídricos

- ❖ Gargalo da equipe técnica: alguns estados não possuem nenhum servidor no quadro permanente.
- ❖ Carência de capacitação em diversos temas.
- ❖ Esforço interno de articulação com outras instituições imposto pelo Programa para o cumprimento de diversas metas (cadastro e outorga, resultados do monitoramento da qualidade da água para o Conjuntura, operação da Rede de Alerta, produção de boletins da Sala de Situação, atuação em segurança de barragens).
- ❖ Necessidade de fortalecer a atuação do CERH na implementação do programa (há queixas sobre o processo de aprovação sem o devido conhecimento das metas pelos membros).
- ❖ Necessidade de planejar os investimentos a serem prioritariamente realizados para otimizar os desembolsos dos recursos repassados (prevista oficina sobre solicitação de serviços e aquisição de equipamentos).

Quais metas estaduais não foram atendidas nos 9 estados em 2015?

UF	Variável estadual
ALAGOAS	CERH / CBHs / Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
GOIÁS	Capacitação / Planos de bacia / Estudos especiais de gestão / SSD / PDI / Outorga / Programas indutores
MATO GROSSO	--
PARAÍBA	Articulação com setores usuários e transversais
PARANÁ	Planejamento estratégico / Planos de bacia / PDI
PIAUÍ	Organismo gestor / Capacitação / Monitoramento da qualidade
RIO DE JANEIRO	--
RONDÔNIA	PERH / SSD / Monitoramento da qualidade / Sistema de informações / PDI / Outorga / Fiscalização / Sustentabilidade financeira
SERGIPE	SSD / Sistema de informações / PDI / Cobrança / Infraestrutura hídrica / Gestão de eventos críticos

Estratégias de avaliação do Progestão

- ❖ I Seminário de avaliação do Programa: visão dos 9 estados com ciclo 2013-2016 sobre a implementação do Programa (17 e 18 de nov./2015)
- ❖ Reuniões com UORGs/ANA em 2016: discussão das metas de cooperação federativa e das variáveis estaduais
- ❖ Pesquisa Delphi: estudo de tendências sobre as metas de gerenciamento estadual por meio de pesquisa eletrônica junto a diversos atores do SINGREH
- ❖ Avaliação do Programa pelo IPEA com foco nos 9 estados que encerram o ciclo em 2016: contemplou a elaboração do Modelo Lógico do Programa e entrevistas com gestores e conselheiros nos 9 estados
- ❖ Reuniões periódicas com o GT: instância de discussão e validação das propostas para a continuidade do programa.



Previsto a realização do II Seminário Progestão com os 9 estados

Indicadores de monitoramento do Progestão

Com base nos Descritores do Problema do Modelo Lógico do Progestão (IPEA):

- ✓ d1 = **órgãos gestores** de recursos hídricos atuam em condições precárias (materiais e humanas) em 9 estados.
- ✓ d2 = **planejamento estratégico** é deficiente todos os estados.
- ✓ d3 = **comunicação social** é frágil em todos os estados.
- ✓ d4 = nenhum órgão gestor estadual dispõe de programa estruturado de **capacitação** em gestão de recursos hídricos.
- ✓ d5 = **sistema** organizado **de informações** sobre recursos hídricos e consolidado em ferramentas computacionais é inexistente em 18 estados.
- ✓ d6 = **cadastramento** de usuários é deficiente em 11 estados.
- ✓ d7 = ausência de **outorga** de direito de recursos hídricos em 4 estados e em outros 7 há emissão para captação para até 15% do universo de usuários.
- ✓ d8 = **fiscalização** frágil em 11 estados.
- ✓ d9 = 8 estados ainda não dispõem de **Plano Estadual de Recursos Hídricos**.



Indicadores a serem monitorados no Progestão

Propostas para os novos contratos

❖ Metas do Programa (Anexos I e II)

Com base na pesquisa Delphi, na avaliação do IPEA, nas reuniões internas com as UORGs/ANA e a partir da experiência da implementação do Programa pela SAS são sugeridas propostas com objetivo de aprimorar as metas dos novos contratos.

Metas de cooperação federativa (Anexo I)	Metas estaduais (Anexo II)
Agrupar as metas 1.1 (CNARH) e 1.2 (Águas subterrâneas)	Agrupar as variáveis Organização institucional e Organismo gestor totalizando 31 variáveis
Incluir Meta 1.2 - Capacitação	Excluída obrigatoriedade de organismo coordenador e gestor independentes nas tipologias C e D
Mantidas 5 metas de cooperação federativa	A variável Planejamento estratégico passa a ser obrigatória para todas as tipologias

- ❖ A **aprovação** do novo **Quadro de Metas** (Anexos III e IV) corresponde à metade da certificação do primeiro período (2017).
- ❖ Realizar um **evento anual** de acompanhamento das metas do programa no estado **com instância do CERH** de acompanhamento do Programa.
- ❖ Apresentar anualmente à Comissão pertinente da **Assembleia Legislativa** um **Relatório de Gestão** das atividades de gestão dos recursos hídricos no âmbito do estado.
- ❖ **Correção monetária da parcela do programa** de R\$ 750 mil para **R\$ 1 milhão**.
- ❖ **Meta de desembolso de 50% do montante já repassado** para a renovação dos contratos. Essa meta será progressiva até o último período.
- ❖ **Elaborar um plano plurianual de aplicação dos recursos** para planejamento dos investimentos prioritários a serem feitos com os recursos do programa no período 2017-2021, bem como apresentar anualmente os gastos realizados.
- ❖ Comprovar a **gestão patrimonial** dos bens de propriedade da ANA em uso pelos estados.

Obrigada!

Equipe COAPP / SAS

Brandina Amorim
Elmar Castro
Flávia Simões
Ludmila Rodrigues
Paulo Spolidório
Karina dos Santos *(Estagiária)*

(+55) (61) 2109.5209 / 5328

www.ana.gov.br



www.twitter.com/anagovbr

The Facebook logo, consisting of a dark blue rectangle with the word "facebook" in white lowercase letters.

www.facebook.com/anagovbr



www.youtube.com/anagovbr